



Lei n. 458, de 30 de Novembro de 1950

Dá nome a diversas ruas do Bairro de S. Bernardo

A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1.º — Ficam denominadas Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo, respectivamente, as ruas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, e Minas Gerais e Rio de Janeiro as avenidas 1 e 2 das Casas Populares, na Vila São Bernardo.

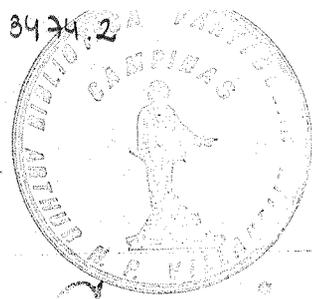
Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 30 de novembro de 1950.

MIGUEL VICENTE CURY
Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria do Expediente da Prefeitura Municipal, em 30 de novembro de 1950.

O Diretor,
ADMAR MAIA



Esboço histórico de Minas Gerais

João Camilo de OLIVEIRA TORRES

A partir dos últimos anos do século XVII o atual território mineiro começou a ser objeto de várias incursões, algumas do caráter quase épico — as Bandeiras — outras mais modestas e lentas, mas não menos tenazes — o avanço dos fazendeiros paulistas ao longo do rio São Francisco, em busca de novas pastagens. De todos os movimentos de penetração, o mais célebre, e justamente célebre, foi a epopéia bandeira de Fernão Dias Pais, em busca da lendária Vupabuçu e da Serra das Esmeraldas. Foi o Vasco da Gama da terra de ouro — estava descoberto o caminho das Minas. Afinal, os paulistas descobrem o ouro nos arredores de Ouro Preto. Tradicionalmente, atribui-se a façanha a um mulato de Taubaté, que viu o primeiro ouro, de cor escura, no correjo Tripiti, ao pé do Itacolomi. Até hoje lá se chama Ouro Preto. Era o começo...

Imediatamente, no maior "rush" de população da história do Brasil, pessoas de todos os tipos e vindas de todos os lugares começaram a afluir para Minas. Naturalmente as autoridades reais tentaram estabelecer uma certa ordem, fixando direitos e consolidando prioridades. Policiando tudo aquilo, era sumo. Isto, porém, era difícil. Basta um exemplo: empenhados ativamente na procura do ouro, mais do que abundante, os primeiros povoadores decidiram-se do plantio de roças; o resultado foi uma carência devastadora, que os obrigou a emigrar ou morrer. Quando os sobreviventes regressaram às "datas", lá encontraram outros homens...

Dai começaram a surgir conflitos de toda sorte, entre povoadores vindos de regiões diferentes, entre mineradores e autoridades, entre particulares. Motivos de atritos não faltariam, principalmente se considerarmos que chegavam pessoas por vários caminhos: paulistas (que gozavam do direito de prioridade) e das autoridades oficiais; belanos, que vinham do norte; e ainda, principalmente depois que o filho de Fernão Dias abriu o "caminho novo", ligando o Rio de Janeiro a Minas. Ou, então conflitos sociais: se uns vinham tirar o ouro da terra, outros viam tirar o ouro dos mineradores — comerciantes de todos os gêneros, vendendo tudo muito caro, como anota Antonil, e que recolhiam ao fundo de suas "vendias" o produto do trabalho do pobre garimpeiro.

Estes conflitos, que começaram com a morte de D. Rodrigo Castelo Branco por Manuel Borja Gato, teria seu ponto culminante na guerra dos Emboabas, afinal uma luta entre as

correntes povoadoras. Quem dominaria as Minas — os paulistas, audazes, que haviam chegado primeiro, ou os Emboabas, belanos e rebeldes, geralmente de origem citadina e mais bem organizados para a vida industrial, mas que eram os obreiros da última hora? Depois de uma série de conflitos, os Emboabas conseguiram fixar posições definitivas, e conseguiram o direito de habitar as Minas. O seu chefe, Manuel Nunes Viana era, de fato, uma figura ilustre.

Além dos conflitos entre povoadores, havia os conflitos entre as autoridades e os garimpeiros, pois, afinal, o rei de Portugal existia e a sua lei devia imperar. Com muito custo, os representantes del-rei no Brasil faziam impor a ordem nas Minas. Um sério conflito foi o de 1720, que obrigou o Conde de Assumar a capitular, vencendo-se, aceitando imposições dos rebeldes, para depois, reagir e enforçar sumariamente um deles, o célebre Filipe dos Santos. Em vista disto, D. João V, era a capitania das Minas Gerais, em 2 de dezembro de 1720.

A partir desta época, o povoamento se faz em ordem, surgem cidades organizadas, famílias se estabelecem. O problema do quinto, isto é, de como pagarem os mineiros os 20% devidos ao rei pelas Ordenações, envenenaria a situação, não somente pelas dificuldades de cobrança, como a partir de certa época, pela exaustão das minas. Varias leis se fizeram, sendo a melhor a de "capitação", uma espécie de imposto indireto sobre a vida mineira, que seria cobrado com menos conflitos. Seu autor: Alexandre de Gusmão, secretário del-rei. E é bom lembrar o grande paulista: graças ao ouro de Minas, foi-lhe possível encaminhar a bom termo a política externa de D. João V que redundaria afinal no Tratado de Madrid e no fim da Baía de Terdesilhas.

No final do século, Minas apresentava uma fisionomia diferente: belas cidades, a área mais densamente povoada do Brasil, grandes centros literários e culturais e artísticos, mas uma visível decadência econômica. Foi neste ambiente que surgiu a Inconfidência Mineira, conjuração de intelectuais, padres, magistrados e militares, que terminaria com o enforcamento de um alferes — José Joaquim da Silva Xavier, e para sempre famoso Tiradentes.

Esta Inconfidência, de fato, deve ser considerada a mais an-

tiga demonstração de consciência brasileira, feita claramente. Disse o Tiradentes: "Nos os mazzombos também valem e sabem governar".

Pouco depois, uma outra e talvez mais importante demonstração de consciência nacional se verificava em Minas — a arte original e forte do Aleijadinho, a expressar a sua angústia pessoal e o drama do povo em monumentos imperecíveis.

Social e economicamente falando, as Minas Gerais podem ser definidas por duas originalidades: a primeira formação de um mercado interno brasileiro — as linhas de abastecimento de Minas ligavam todo o Brasil —, e o que chamamos "latifúndio em profundidade", isto é, a vida urbana, o caráter latifundiário da economia colonial processando-se pela terra a dentro.

xxx

Nos dias da Independência, Minas foi um dos eixos do movimento. Tanto assim que podemos definir a Independência do Brasil como a federação de São Paulo, Minas e Rio em torno de D. Pedro, para salvar a unidade do Brasil, a sua categoria de nação soberana e o seu direito de governar a si própria, contra os manejos e artimanhas do Soberano Congresso Constituinte da Nação Portuguesa, as celeberrimas Cortes de Lisboa.

xxx

No primeiro reinado os mineiros exerceram grande influência. A Carta Imperial que promulgou a Constituição do Império foi referendada por um mineiro, Maciel da Costa, mais tarde Marquês de Queluz e o grande líder popular seria Bernardo Prei Pereira de Vasconcelos, autor de algumas das mais importantes leis do jovem parlamento e defensor da adoção do regime parlamentar. Vasconcelos teria grande atuação na Regência e nos primeiros anos do reinado de D. Pedro II, agora como líder conservador. Foi o autor de nosso primeiro código (o Criminal), da lei que criou o Supremo Tribunal de Justiça, da lei que restaurou o Conselho de Estado e um dos redatores do Ato Adicional que instituiu um federalismo moderado.

xxx

No reinado de D. Pedro II, Minas foi palco de grandes agitações, pois era uma província dividida, com correntes liberais e conservadoras igualmente fortes, o que dava grande independência e vibração à política mineira. Alguns dos mais famosos líderes de ambos os partidos fo-

ram mineiros. — basta lembrar Teófilo Ottoni e Vasconcelos. Na parte final do reinado de D. Pedro II, os liberais foram mais poderosos, com nomes ilustres, como os de Ouro Preto e Lafayette. Um dos mais fortemente célebres entre os governantes do Brasil, no Império, seria também mineiro — o Marquês de Paraná, conservador moderado. Estas lutas tiveram seu ponto culminante em 1842, com a revolução de Santa Luzia, de liberais mineiros, contra o governo conservador, feita sob a inspiração de Vasconcelos, o chamado governo do "Regresso".

xxx

A República apanhou os mineiros de surpresa. Deodoro sublevaria-se, mais, contra o visconde de Ouro Preto do que contra o próprio Imperador. Mas, logo se rezeraram e conseguiram encaminhar com prudência e discreção a política do agora Estado de Minas Gerais. Grande foi a contribuição do Conselheiro Afonso Pena, um político do Império que aceitou o novo regime e procurou encaminhar as coisas de acordo com a nova ordem, com inteligência e experiência.

Como para acentuar que o país entrara numa nova era, cuidou-se de mudar a capital, da veneranda Ouro Preto para os campos de Belo Horizonte. A aventura custou caro: durante muito tempo os governantes de Minas lutaram, com sérios embargos financeiros. Sobrevindo a crise do café, os mineiros assumiram com os paulistas o convênio de Taubaté, núcleo da política de "valorização".

Nesta época, à sombra do Conselheiro Afonso Pena, formou-se uma equipe de jovens estadistas brilhantes, que a imprensa carioca denominaria "jardim da Infância": José Pinheiro (um presidente interessado no desenvolvimento econômico), Carlos Peixoto, David Campista, Sabino Barroso etc.

Durante muitos anos Minas foi o baluarte da ordem e base dos governantes. Mas, na sucessão do presidente Washington Luis rompe Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas (e que renovara consideravelmente a velha província) com o governo federal e lança o governador do Rio Grande do Sul, sr. Getúlio Vargas, como candidato a presidente. Era o começo do sistema que vinha desde o começo da República. Da campanha eleitoral passou-se à Revolução. E esta tomava rumos novos complicados.

E na história recente os mineiros tiveram atuação importante, pois, foi graças ao "Manifesto dos mineiros" que começou a queda do Estado Novo.

Hoje governa Minas Gerais o sr. Magalhães Pinto, da UDN, lançado pelo Partido Libertador, com apoio de outras correntes.

(Da Edição Especial dedicada a Belo Horizonte "Minas de Ontem é de Hoje", do Diário de São Paulo, de S. Paulo, de 12-dezembro-1961)



de empregadores: 435 (1973). Sindicatos de profissionais liberais: 15 (1979). Empregados sindicalizados: 688 516 (1978). Empregadores sindicalizados: 162 934 (1978). Profissionais liberais sindicalizados: 12 076 (1973).

Número de estabelecimentos da indústria de transformação: 7 633 (1970). Principais produtos: metalúrgicos; alimentares; têxteis; químicos; minerais não-metálicos; mecânicos; material de transporte; bebidas; material elétrico e de comunicações; editorial e gráfico; fumo; madeira. Principais minérios (1979): ferro — 117 258 341 t; água mineral — 75 570 000 t; calcário — 16 908 675 t; manganês — 655 707 t; dolomita — 933 235 t; caulim — 311 409 t; níquel — 246 854 t; zinco — 338 359 t; feldspato — 38 141 t; quartzo — 37 137 t; grafita — 132 847 t; alumínio (bauxita) 1 562 125 t; agalmatolito — 99 349 t; barita — 413 293 t; cianita — 8 193 t; columbita-tantalita — 278 t; mica — 615 t; ouro — 3 303 kg; fluorita — 773 t.

Produção de pescado: 2 646 t (1979). Estabelecimentos agropecuários: 464 723 (1975). Principais produtos agrícolas (1979): laranja (1 763 143 000 frutos); banana (51 814 t); cana-de-açúcar (7 330 932 t); milho (2 608 199 t); mandioca (1 843 343 t); abacaxi (76 621 000 frutos); arroz (559 370 t); batata-inglesa (404 554 t); café (938 653 t); feijão (210 810 t); algodão (69 305 t); tomate (93 006 t); abacate (96 041 000 frutos); alho (12 510 t); manga (277 202 000 frutos); marmelo (54 130 000 frutos); pera (36 503 000 frutos). Bovinos (efetivo 1979): 19 680 000. Suínos (efetivo 1979): 3 625 000. Equinos (efetivo 1979): 803 000. Comércio Exterior (1979): exportação (quantidade) — 278 t; importação (valor) — US\$ 19 291 000; importação (quantidade) — 335 t; importação (valor) — US\$ 20 298 000.

Usinas (termelétricas e hidrelétricas): 29 (hidrelétricas) (1973). Potência total: 4 102 556 kW (1975). Rede ferroviária: 5 136 km (1977). Rede rodoviária federal: 9 253 km (1979). Rede rodoviária estadual: 9 557 km (1979). Rede rodoviária municipal: 180 361 km (1979). Veículos licenciados: 643 654 (1976). Embarcações: não disponível.

Nascimentos registrados: 336 627 (1978). Hospitais: 651 (1978). Leitos: 57 757 (1978). Médicos em atividade nos hospitais: 7 710 (1977).

Ensino de 1.º Grau (1973): unidades escolares — 18 413; número de professores — 98 474; número de matrículas no início do ano — 2 629 518. Ensino de 2.º Grau (1978): unidades escolares — 831; públicas — 282; particulares — 549; número de professores — 16 875; número de matrículas no início do ano — 251 932. Ensino Superior (1979): número de universidades — 6; número de institutos isolados — 113; número de professores — 10 458; número de matrículas no início do ano — 134 573.

Telefones: 627 736 (1979). Bibliotecas: 656 (1974). Emissoras de rádio: 133 (1978). Emissoras de televisão: 8 (1978). Jornais: 27 diários (1978).

MINAS GERAIS



Habitante: mineiro. Capital: Belo Horizonte. Bandeira: retangular, em fundo branco, com um triângulo equilátero central vermelho, na base horizontal, e que corresponde a pouco mais de um terço do tamanho horizontal da bandeira; acompanhando os lados do triângulo e escrita em letras pretas, a inscrição: "Libertas quae sera tamen". A bandeira foi criada pelos inconfidentes mineiros em 1789. Localização: região Sudeste. Latitude: extremo N — 14°13'05"S; extremo S — 22°54'00"S. Longitude: extremo E — 39°52'05"; extremo O — 51°02'45". Fronteiras: Norte — Bahia; Sul — São Paulo e Rio de Janeiro; Leste — Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia; Oeste — São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Área: 587 172 km².

Governador: Francisco Pereira dos Santos (PDS). Vice-governador: João Marques (PDS). Representantes no Senado Federal (1981): 1 (PMDB); 1 (PDS); 1 (PP). Representantes na Câmara Federal (1981): 22 (PDS); 17 (PP); 7 (PMDB); 1 (PDT). Representantes na Assembleia Legislativa (1981): 71. Representantes no Colégio Eleitoral (1981): 63. Número de eleitores: 5 400 733 (1978).

População residente: 13 382 904 (1980). Densidade demográfica: 22,79 habitantes por km². Número de municípios instalados: 722 (1981). Número de municípios acima de 50 000 habitantes: 43 (1981). Principais municípios: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Montes Claros, Uberlândia, Uberaba, Contagem, Ipatinga, Sete Lagoas.

Contribuição do Estado para a receita da União (em Cr\$ 1 000,00): 5 185 425,3 (1979). Receita Prevista (em Cr\$ 1 000,00): 141 282 075 (1981). Despesa Fixada (em Cr\$ 1 000,00): 141 282 075 (1981). Despesa Realizada (em Cr\$ 1 000,00): 85 409 301 (1980). Arrecadação de ICM (em Cr\$ 1 000,00): 56 322 204 (1980).

Taxa de desemprego: 2,47% (1979). Setores de atividades (segundo o pessoal ocupado em 1979): agropecuário — 9,2%; não-agropecuário — 5,16%. Salário mínimo mensal: Cr\$ 8 464,80 (ago-1981). Sindicatos de empregados: 429 (1978). Sindicatos

No primeiro semestre de 1980, a indústria mineira registrou um índice de crescimento em torno de 9%. Esse foi o primeiro sinal de recuperação do setor após os momentos de crise vividos em 1978. Mas é na agricultura que ainda está empregada grande parte da mão-de-obra disponível do Estado, distribuída pelas culturas de café, feijão, arroz, milho — cuja colheita é destinada em grande parte à alimentação dos rebanhos —, mandioca, fumo, frutas e, no vale do São Francisco, algodão, que fornece matéria-prima para as indústrias têxteis da região de Juiz de Fora.

A participação mineira na produção nacional de café foi discreta até a década de 60. Porém, na década de 70, enquanto os produtores paulistas e paranaenses se retraíam, o Estado intensificou sua participação, abrindo novas áreas de plantio. Os primeiros resultados surgiram em 1974, com uma safra de 4,9 milhões de sacas. De forma discreta, a produção continuou crescendo e, hoje, Minas Gerais assumiu a liderança nacional no setor. Segundo o Instituto Brasileiro do Café (IBC), a safra 81/82 está estimada em 10,6 milhões de sacas. Por outro lado, o rebanho bovino mineiro é o maior do país: 19,6 milhões de cabeças, o que representa 13,3% do total brasileiro. A pecuária é favorecida pelo relevo suave e pelos inúmeros cursos d'água e jazidas de sal do vale do São Francisco, assim como pelas extensas matas e cerrados da região centro-oeste. Nas áreas leiteiras funciona a maior indústria de laticínios do país (3 bilhões de litros de leite em 1977), embora o aumento dos custos de mão-de-obra e dos insumos, aliado à falta de técnicas mais modernas de manejo, tenha levado a pecuária leiteira a um processo de estagnação que se prolonga de 1977 até hoje. Mas esse problema não está restrito a Minas Gerais, pois o leite vem passando por constantes crises em todas as re-

(Extraído de fls. 101 e 102 do "Almanaque Abril"

para 1982, da Editora Abril S/A., São Paulo)



grões produtoras do país. Mesmo assim, até 1980 o Estado ainda era responsável por 75% da produção nacional de laticínios. Quanto à indústria extrativa mineral, o Quadrilátero Ferrífero, na parte central do Estado, apresenta as maiores jazidas de minério de ferro do Brasil, com o alto teor de 68%, e reservas estimadas, em 1910, em 15 bilhões de toneladas. Sua existência possibilitou o aparecimento do primeiro parque siderúrgico brasileiro, onde companhias como a Belgo-Mineira, a Mannesmann, a Acesita e a Usiminas possuem aciarias dotadas do mais moderno equipamento. O programa siderúrgico mineiro está dimensionado para produzir 13 000 000 t de aço em 1982 — o que representará um acréscimo de 10 000 000 t ao total produzido em 1974. O projeto de implantação mais recente é o da Siderúrgica Mendes Júnior, em Juiz de Fora, prevista para produzir, a partir de 1981, 1 200 000 t de aço (o investimento será tornado mais econômico pela aplicação de um novo processo de redução direta do minério, desenvolvido pela firma japonesa Nippon Kokan). Nas áreas de Ouro Preto e Nova Lima, ricas em bauxita, concentram-se as indústrias de alumínio. Recentemente, com o auxílio do Banco do Desenvolvimento, foi ampliada a produção de manganês, cujas reservas são da ordem de 11 000 000 t; prevê-se que sua produção, de 227 000 t em 1974, atance 1 800 000 t em 1982. A mina de Morro Velho, em Nova Lima, montada com capital inglês em 1835, e que atinge 2 450 m de profundidade e 40 km de extensão a partir do poço principal, extrai 450 kg de ouro, 80 kg de prata e 25 t de arsênico por mês. Em abril de 1975 foi anunciada a descoberta, no município de Coromandel, de uma jazida de fosfato tão grande quanto a de Patos de Minas, avaliada em 345 000 000 t. O potencial hidrelétrico do Estado é explorado pela Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais), que conta com o fornecimento de outros centros energéticos, como as usinas de Três Marias, no São Francisco, e de Furnas, no Rio Grande, que produzem 2 384 265 kW. O Programa Nacional do Alcool implantou em Minas um de seus projetos: a destilaria da Usina Mendonça, em Conquista, que já produz 120 000 l de álcool anidro por dia, a partir de cana-de-açúcar; e a usina piloto da Petrobrás, em Curvelo, que entrou em operação em 1973, produzirá, ao atingir seu funcionamento normal, 60 000 l diários de álcool a partir da mandioca. Uma nova etapa na evolução das estruturas econômicas de Minas Gerais foi aberta pela instalação da fábrica de automóveis Fiat, que atraiu para a região da Grande Belo Horizonte um grande número de indústrias complementares, de autopeças. Outras indústrias estrangeiras anunciaram projetos de implantação: a Peugeot montará uma fábrica de bicicletas em Montes Claros, a Lafarge produzirá cerâmica refratária aluminosa utilizável na indústria siderúrgica, e em Lagoa Santa, perto da capital, será instalada a fábrica de guindastes da Poclair. Quanto ao setor de transportes, em 1975 iniciou-se a construção da Ferrovia do Aço — 843 km de extensão para ligar Belo Horizonte a São Paulo, dispendo de um trecho entre Itutinga (MG) e Volta Redonda (RJ) — para escoamento da produção de minério. Mas a carência de verbas e precariedade de planejamento levaram as obras da ferrovia quase à paralisação. Por este motivo, os governos federal e estadual e um pool de empresas siderúrgicas firmaram um convênio, no final de 1977, para recuperar a Rodovia do Aço — BR-331/252, com 97 km de extensão — e assim atender em parte ao escoamento do minério. Em 1979, com uma injeção de recursos da ordem de Cr\$ 5,5 bilhões para aquele ano, as obras foram retomadas e têm término previsto para 1982.

No século XVI, diversas bandeiras desbravaram a região, à procura de metais e pedras preciosas. As mais importantes foram as de Augusto Barbalho e de Fernão Dias Pais, o "caçador de esmeraldas". Em 1684, a descoberta do ouro provocou uma corrida pontuada por incidentes, dos quais o mais grave foi a Guerra dos Emboabas (ver *Cronologia da História do Brasil*). Em 1739 foi criada a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, mas a agitação continuou. Em 1720, ano de separação das capitanias de São Paulo e Minas

Gerais, um movimento de rebelião em Vila Rica, contra os impostos extorsivos, foi reprimido brutalmente. E, em 1789, o problema culminou no episódio da Inconfidência Mineira (ver *Cronologia da História do Brasil*). Depois da independência, o descontentamento aliado provocou o movimento restaurador de 1833, e a revolução liberal de 1842 (ver *Cronologia da História do Brasil*). A partir daí, registraram-se apenas esporádicos levantamentos de escravos e lutas partidárias pelo poder provincial. Ouro Preto deixou de ser a capital do Estado a 12 de dezembro de 1897. Na fase republicana, a presença mineira no plano político nacional fez-se sentir através da assinatura do Convênio de Taubaté (1906), das revoluções de 1930 e 1932 (ver *Cronologia da História do Brasil*), do Manifesto dos Mineiros (1943), pedindo a redemocratização, e de sua participação no movimento de março de 1964. Os planos de recuperação econômica e de eletrificação do Estado, iniciados por Milton Campos, são o começo de nova fase na vida mineira, que terá continuidade e aceleração de ritmo com Juscelino Kubitschek, que apresentou programa de energia e transporte. A infra-estrutura criada nesses governos permite o crescimento econômico, com o empenho do Estado e de particulares em inúmeras iniciativas de grande porte.